

Começar de novo no Iraque

Precisamente porque as Nações Unidas não concordaram com algumas das acções anteriores no Iraque, gozam agora de credibilidade junto de iraquianos com quem mantêm contactos, grupos esses que têm de aceitar participar no novo processo político. Chegou o momento de utilizarmos esse capital. Quero agarrar este momento e incentivar a comunidade internacional a juntar-se em torno do Iraque, através da ONU



KOFI ANNAN

O êxito das eleições celebradas no Iraque há duas semanas foi estimulante pelas oportunidades que gerou. É extremamente importante que a transição no Iraque seja um êxito. Estou determinado a assegurar que as Nações Unidas desempenhem plenamente o seu papel no que se refere a ajudar o povo iraquiano a alcançar esse objectivo.

Mas também é importante que um mundo que tem estado inflamadamente dividido em relação ao Iraque reconheça que todos temos agora uma agenda comum: que o Iraque avance deste ponto de partida – as eleições que concluiu com êxito – para um futuro pacífico, próspero e democrático.

As próprias cicatrizes deixadas pelas divergências do passado podem-se transformar numa oportunidade. Precisamente porque as Nações Unidas não concordaram com algumas das acções anteriores no Iraque, gozam agora de credibilidade, tão necessária neste momento, junto de grupos iraquianos com quem mantêm contactos, grupos esses que têm de aceitar participar no novo processo político, se se quiser que a paz prevaleça. Chegou o momento de utilizarmos esse capital.

Quero agarrar este momento e incentivar a comunidade internacional a juntar-se em torno do Iraque, através da ONU.

Ninguém pode ter deixado de se sentir emocionado com a demonstração de coragem dos iraquianos no dia em que foram votar. As Nações Unidas estão orgulhosas da assistência que puderam prestar-lhes, tanto no âmbito da criação de uma base política para as eleições como no dos preparativos técnicos. Ajudámos a redigir a lei eleitoral e a formar a Comissão Eleitoral Independente, que dirigiu as eleições. Uma equipa eleitoral da ONU, constituída por mais de 50 funcionários, colocados em Bagdade, Amã e Nova Iorque, dispensou apoio à Comissão. A ONU deu formação aos membros da Comissão e a várias centenas de agentes eleitorais, que, por sua vez, formaram milhares de outros agentes; e assessorámo-los e apoiámo-los, ao longo do processo.

Julgo que também podemos ajudar na etapa seguinte, que é muito delicada – a elaboração de uma Constituição. Também neste caso a nossa ajuda de-

ve ser de carácter simultaneamente político e técnico. No plano político, o meu Representante Especial Ashraf Qazi já está a desenvolver esforços no sentido de levar a mensagem aos grupos – sobretudo árabes sunitas – que não participaram nas eleições, fosse por que razões fosse, mas querem alcançar os seus objectivos por meio de negociações pacíficas e de diálogo.

O êxito destes esforços é crucial. A ocupação desagrada profundamente a alguns grupos que julgam ter sido excluídos do processo político. Há que envidar todos os esforços para que participem nele. Quanto mais amplo for o leque de iraquianos presentes nas negociações, maiores são as possibilidades de êxito.

A nova Constituição será, obviamente, uma constituição iraquiana e serão os iraquianos a dar-lhe forma. Está fora de questão impor-lhes quaisquer ideias ou modelos exteriores que não lhes

ONU tem muito pessoal iraquiano e, em segundo, porque uma grande parte do nosso trabalho – formação, assessoria, coordenação, funcionar como um canal para envio de fundos – pode ser feita no exterior do país.

Na verdade, 23 organismos, fundos e programas da ONU estão a trabalhar em conjunto para coordenar a ajuda internacional e ajudar a reconstruir o país. Quarenta e seis projectos foram aprovados e financiados até à data, num valor total de 494 milhões de dólares.

Em Bassorá, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento está a fornecer peças no valor de 15 milhões de dólares, a fim de permitir a reabilitação da central eléctrica de Hartha. Estão planeados projectos semelhantes relativos a centrais eléctricas de outras cidades iraquianas e engenheiros do ministério da electricidade estão a receber formação no Japão, no âmbito de um programa cofinanciado por este país e a Bélgica. Entretanto, em Faluja, um grupo dirigido pela UNICEF, distribuiu cerca de 7 milhões de litros de água potável a mais de 700 000 deslocados, que foram obrigados a abandonar os seus lares devido aos recentes combates.

Estas actividades são financiadas pelo Mecanismo dos Fundos Internacionais para a Reconstrução do Iraque, que as Nações Unidas criaram com o Banco Mundial. Até agora, 24 doadores comprometeram-se a contribuir

AHMAD AL-RUBAYE/AFP



agradem. Mas, se pedirem assessoria – e julgo que o farão – possuímos efectivamente consideráveis conhecimentos e experiência.

Uma vez acordado o projecto de Constituição, realizar-se-á um referendo, em Outubro, para dar a todos os iraquianos a possibilidade de se pronunciarem sobre ele. Esperamos poder ajudar a comissão eleitoral a organizar esse referendo e as eleições parlamentares, da mesma maneira que trabalhámos com os iraquianos para preparar estas eleições e estamos ainda a trabalhar com eles na elaboração das listas de resultados e na verificação destes.

Podemos também prestar assistência técnica aos novos ministérios. Muitas pessoas pensam que pelo facto de, por razões de segurança, termos apenas 200 funcionários internacionais no terreno, no Iraque (três quartos dos quais são guardas), a ONU não está presente no país nem tem nele um papel activo. Isso não corresponde à verdade; em primeiro lugar, porque a

com cerca de mil milhões de dólares. É preciso que estes compromissos sejam honrados e o dinheiro seja bem gasto. Isto pode ajudar os iraquianos a melhorar o seu dia-a-dia de muitas maneiras concretas.

Não pretendamos que vai ser fácil. O Iraque é uma região complicada do planeta e a sua história recente tem sido turbulenta. A sua sociedade é muito diversificada e alguns grupos estão claramente decididos a impedir uma solução democrática, seja em que condições for. Mas acredito em que, com a ajuda internacional, essa sociedade pode utilizar as instituições democráticas para construir um futuro estável e próspero. Essa esperança e essa visão dão-nos a nós, como comunidade internacional, uma oportunidade de começarmos de novo, juntos, e de apoiarmos o povo iraquiano na sua grande experiência.

O Conselho de Segurança confiou-nos um mandato, ao encarregar-nos de organizar esse apoio, e tencionamos cumpri-lo. ■ SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

O País de Gil

A aversão de José Gil à concorrência, a recusa do “capitalismo vigente”, a ideia de que os “rankings” têm como resultado principal diminuir e deprimir, e o paralelo que faz “entre os princípios ‘ideológicos’ (...) do totalitarismo e os efeitos socio-económicos do capitalismo vigente e da globalização”, confirmam no autor uma atitude em relação à mudança que está próxima do que o próprio José Gil, muito bem, critica

JOSÉ ALBUQUERQUE TAVARES

Não é todos os dias que um ensaísta português merece o destaque de ser considerado pelo *Nouvel Observateur* um dos vinte e cinco pensadores vivos mais relevantes. É notável e bom que o ensaísta português José Gil aí marque presença. Essa nobre distinção coincidiu com a publicação pela Relógio D'Água de um novo ensaio deste autor, *Portugal Hoje: O Medo de Existir*, um trabalho no campo da “análise das mentalidades” e mais um diagnóstico do “bloqueio português”, o social e o de desenvolvimento. A perspectiva é histórica e antropológica mas procura – e sofre de – uma aproximação à actualidade. Por isso é irresistível tentar aprender o que este medo de existir nos pode ensinar.

O motivo primeiro de José Gil é verificar que a sociedade portuguesa, em mudança e depois de muito mudar nos últimos trinta anos, continua a lamentar-se de que “está tudo na mesma”. Portugal é ainda “uma sociedade fechada, aberta à superfície e fechada no interior”, com “medo de agir, de tomar decisões diferentes da norma (...), medo de amar, de criar, de viver. Medo de arriscar.” Ou ainda “[uma] sociedade normalizada, consensual, que esconde, sob uma fachada (cada vez menos) brilhante, uma insegurança profunda.” O livro *Portugal Hoje: O Medo de Existir* aponta as características que nos trouxeram aqui.

Uma das primeiras ideias é a falta de sentido e dinâmica no nosso “espaço público”. Existe já um espaço de media mas ainda pouco de espaço público, de verdadeira participação e debate. É a conhecida “falta de força da sociedade civil”, a incapacidade de os portugueses falarem uns com os outros para mudar. Uma segunda ideia é a dificuldade portuguesa de exercer a crítica: “o Portugal democrático de hoje é ainda uma sociedade de medo. É o medo que impede a crítica”. O que resulta é um cidadão que adquiriu reflexos de desrespeito pela lei, sem isso significar vontade nem empenho em a modificar. Esta é uma terceira ideia força, a dificuldade de relação com a autoridade, que perpetua uma tradição de rebeldia mansa em que os cidadãos simulam ser oprimidos por leis que se fingem duras e que se fingem aplicadas. Como diz Gil, em Portugal circula “muito menos poder do que aquele de que os portugueses são capazes”. Por fim aquilo que mais pode atrasar-nos na vida económica, uma “ilusão da actividade e da iniciativa” e uma antiga e improdutiva “inteligência de sobrevivência”. O resultado de tudo isto é uma desvalorização das trocas, económicas ou culturais, relativamente à propriedade, no sentido estrito ou no sentido de prestígio, de “status”. Esta é a cultura do povo e a cultura de todos pois, ao longo da nossa história, “nem a nobreza nem a burguesia conseguiram produzir culturas verdadeiramente autónomas”.

Que esta análise não choque pelo original é mau para o ensaísta e mau para o país, que há muito se olha ao mesmo espelho. Mas José Gil comete o pecado mais original: através do estilo e da substância de *Portugal Hoje: O Medo de Existir*, revela-se inteiramente merecedor da sua própria análise. Seria moroso dedilhar as revelações que provêm do estilo mas pode ser-se mais sucinto na substância. A aversão de José Gil à concorrência, que considera erradamente promovida como a “essência das motivações humanas”, a recusa do “capitalismo vigente” como a “importação de modelos estrangeiros”, a ideia de que os “rankings” têm como resultado principal diminuir e deprimir, e o paralelo que faz “entre os princípios ‘ideológicos’ (...) do totalitarismo e os efeitos socio-económicos do capitalismo vigente e da globalização”, confirmam no autor uma atitude em relação à mudança que está próxima do que o próprio José Gil, muito bem, critica.

Este ensaio deve ser visto como o fechar mais apropriado de uma longa auto-análise de um país. Sabemos o que somos e criticamo-lo, e os nossos grandes ensaístas mostram que também o são enquanto também o criticam. Chegou talvez o tempo de verdadeiramente vivermos, criarmos e amarmos, enfim, de verdadeiramente arriscarmos a nossa transformação. ■ PROFESSOR DE ECONOMIA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA